

Viagem à Europa termina sem apoio

REALI JÚNIOR
Nosso Correspondente

PARIS — O ministro Dílson Funaro encerrou ontem pela Itália o seu giro pelos países credores da Europa sem ter conseguido convencer completamente seus interlocutores oficiais de que devem apoiar a posição do Brasil nas negociações com os bancos comerciais, cujo início está previsto para as próximas semanas nos Estados Unidos.

Em alguns dos países visitados o ministro da Fazenda obteve certa compreensão de seus colegas europeus, caso da França, Alemanha Federal e Itália, mas isso não quer dizer que os governos desses países estejam dispostos a apoiar as mais recentes iniciativas econômicas brasileiras, enquanto em outros, Grã-Bretanha e Suíça, as teses brasileiras não só foram recebidas com ceticismo, mas, também, com alguma hostilidade.

Nesses dois países, o ministro brasileiro ouviu claramente que os governos não estão dispostos e não podem exercer qualquer tipo de pressão sobre os bancos comerciais para facilitar uma rápida renegociação da dívida brasileira, em condições mais favoráveis do que as anteriores, recomendando um contato direto com os representantes dos bancos, além de novos ajustes econômicos internos.

O ministro Dílson Funaro explicou em Paris que aguardaria algumas respostas dos países visitados, inclusive dos EUA, antes de marcar uma data definitiva para o início das negociações com os bancos. Em pelo menos dois países, ele obteve essas respostas imediatamente: Grã-Bretanha e Suíça responderam negativamente.

Quanto aos demais, mesmo ficando de estudar as propostas brasileiras, a recepção foi polida, mas reservada. Ainda ontem, em Roma, o ministro de Economia e Finanças, Giovani Goria, preferiu não admitir a discussão política da dívida como pretende o governo brasileiro, pois isso daria margem a uma interpretação muito ampla do problema.

Essa mesma reserva pode ser observada na França e na Alemanha Federal, onde Funaro diz ter constatado a existência de maior boa vontade para as teses brasileiras. É verdade que tanto o ministro francês, Edouard Balladur, como o alemão, Gehard Stoltenberg, têm reafirmando a necessidade de se encontrar novas alternativas para a crise da dívida, mas em nenhum momento chegaram a dizer que as apresentadas pelo Brasil eram aceitáveis.

O ministro francês tem, também, citado o recente documento da Comissão Justiça e Paz do Vaticano sobre o endividamento do Terceiro Mundo, definindo-o como interessante e determinando um estudo mais aprofundado para que os técnicos de seu ministério opinem sobre a viabilidade de aplicação.

Ele está convencido das causas da dívida mundial, isto é, da co-

responsabilidade de credores e devedores, mas tem dúvidas, do ponto de vista técnico, em relação às alternativas apresentadas para a superação da crise atual, mesmo reconhecendo a existência de um problema paralelo e que não tem sido levado em conta, o ético, atingindo dezenas de milhões de pessoas afetadas pela situação nos países mais pobres.

Funaro evita divórcio

Há, entretanto, um aspecto positivo nesse giro do ministro brasileiro. Ele contribuiu para tranquilizar certos governos que chegaram a classificar de "intempestiva" a decisão brasileira de decretar uma moratória unilateral. Essa definição pode ser ouvida quando os seis ministros dos países mais ricos do Ocidente, reunidos em Paris, foram surpreendidos com a decisão brasileira.

A missão Funaro evitou, dessa forma, um divórcio maior do Brasil com a comunidade financeira internacional. Os franceses reconhecem que logo no início houve grande apreensão, temendo-se o chamado efeito dominó, a formação de uma frente de devedores, uma espécie de "Opep dos pobres". A presença de Funaro na Europa serviu para cortar pela raiz toda e qualquer especulação nesse sentido.

Em todos os seus contatos, o ministro brasileiro reafirmou que cada país deveria negociar separadamente, pois os problemas de uns e outros nem sempre eram os mesmos. Explorou que o México escolheu o seu caminho e que o Brasil estava, agora, à procura do seu próprio.

Não acreditava que a posição do Brasil poderia servir de exemplo para o México, como a decisão desse país assinando um acordo com o FMI jamais foi também um exemplo para o Brasil. Essa foi uma forma de reafirmar que não pensava, nem de longe, nas condições atuais, concluir um acordo com o Fundo, apesar da insistente recomendação de alguns governos visitados, entre eles o da Grã-Bretanha.

ISOLAMENTO DO BRASIL

Enquanto Dílson Funaro conversava com os governos, os bancos comerciais, convencidos de que era inviável a formação de uma frente dos endividados latino-americanos, buscavam acelerar as negociações com alguns países, entre eles Argentina e Venezuela, isolando o Brasil na sua posição, apesar de uma solidariedade apenas retórica de governantes desses países.

A Venezuela acabou obtendo certas vantagens consideradas inaceitáveis pelos bancos credores há apenas algumas semanas. Algumas áreas financeiras francesas explicam que se trata apenas de maior abertura dos bancos para evitar que o exemplo do Brasil seja seguido por outros países, enquanto outras acreditam que isso faz parte da estratégia dos bancos para isolar o Brasil, punindo-o com um castigo por ter-se comportado como — mau aluno.